

TESE AO 7º CONGRESSO DO SINDPEFAETEC:

**SINDPEFAETEC INDEPENDENTE, CLASSISTA E DE LUTA
PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, DEMOCRÁTICA E DE
QUALIDADE**

Conjuntura Internacional

A crise do capitalismo, iniciada em 2007, nos EUA, expõe as grandes contradições do sistema. A pregação neoliberal, que advogava a liberalização do mercado e o Estado mínimo, agora lança mão dos recursos públicos e de uma intervenção governamental inédita para salvar bancos, grandes empresas falidas e o sistema financeiro, principais responsáveis pela crise.

Países como Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha perderam a soberania sobre as políticas monetárias, cambial e fiscal, e aplicam os pacotes da troika (FMI, Banco Central Europeu e UE). O objetivo é dismantelar o Estado de Bem-Estar Social e reduzir o custo do trabalho para recompor e ampliar os lucros capitalistas, recuperar competitividade e enfrentar a concorrência asiática. O movimento sindical é o principal protagonista da resistência à receita recessiva da troika.

A América Latina vive um novo cenário político com as iniciativas de integração em curso nos países da região, associadas às políticas de redistribuição de renda e redução das desigualdades sociais. A nova ordem regional vai se definindo em oposição ao projeto neoliberal e imperialista dos EUA, através da negação do projeto da Alca, do combate aos acordos bilaterais de livre-comércio, do esvaziamento da OEA, com a criação da Celac, hoje presidida por Cuba, da ampliação do Mercosul, do fortalecimento da Unasul, da rica experiência da Alba, entre outros.

Conjuntura Nacional

Nos últimos dez anos, o Brasil vivenciou mudanças políticas e sociais significativas. O projeto neoliberal, capitaneado pela coligação PSDB/DEM, foi derrotado e interrompido. Um ciclo de mudanças, embora ainda tímido, está em curso, sintonizado com o novo cenário político da América Latina e é o ponto de partida para as transformações sociais mais profundas demandadas pela nação.

O Brasil adotou uma postura que confrontou à Alca, priorizou a integração latino-americana e buscou a parceria estratégica com a China e outros membros do Brics. A distribuição da renda nacional melhorou sensivelmente,

inclusive nos anos de crise, e a desigualdade social, embora ainda elevada, recuou ao menor patamar desde os anos 60, basicamente em função da expansão da renda do trabalho.

Apesar dos avanços e conquistas, os efeitos da crise mundial na economia brasileira transparecem no comportamento do PIB, que vem desacelerando, num cenário agravado pela recessão da indústria e a preservação de uma política fiscal e cambial conservadora. O relacionamento comercial com as potências asiáticas encerra riscos para a indústria nacional e estimula a reprimarização da economia. Além disso, não houve avanço na direção das reformas estruturais demandadas pelas forças progressistas e os movimentos sociais.

Para conquistarmos mudanças, com valorização do trabalho, é imperioso ampliar a capacidade de mobilização e o protagonismo político da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, que devem marchar unidos na luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento, com Reforma Urbana, Reforma Agrária, Reforma Política, Valorização do Trabalho e da Democracia.

Política Sindical

É importante lutar pela concretização da agenda por um novo projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho, soberania e democracia, priorizando as seguintes bandeiras:

- Redução constitucional da jornada para 40h semanais, sem redução de salários.
- Mudança da política macroeconômica: Redução das taxas de juros, fim do superávit primário, controle do câmbio, do fluxo de capitais e taxaço das remessas de lucro, maiores investimentos públicos.
- Universalização das políticas públicas, garantindo saúde e educação de qualidade para todos.
- Não às terceirizações; proibição da terceirização no setor público.
- Fim do fator previdenciário.
- Fim da discriminação contra mulheres, negros, índios e jovens.
- Combate à homofobia.
- Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar.
- Reforma tributária, com taxaço das grandes fortunas e heranças.
- Democratização da mídia.

- Fim do financiamento privado das campanhas eleitorais.
- Regulamentação do princípio constitucional que impede a demissão imotivada.
- Filiação do SINDPEFAETEC à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Política Educacional

A ampliação do número de creches, das escolas de Educação Infantil e de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação continuam sendo nossos principais desafios. Nesse contexto, a valorização dos educadores revela-se como uma das condições fundamentais para a conquista desse objetivo. A valorização profissional não depende só da melhoria das condições de trabalho, com escolas bem equipadas, mas também do aumento expressivo dos salários.

O valor do piso nacional, assegurado pela lei 11738/2008, é muito baixo, mesmo assim, ainda hoje, não é respeitada em grande parte do território nacional. É preciso mudar essa realidade com a elevação significativa do piso nacional do magistério e dos demais profissionais de educação.

O reconhecimento dos funcionários das escolas é outra questão muito importante pelo papel que estes exercem no processo de construção de uma Educação de qualidade. Nesse sentido, o SINDPEFAETEC, não obstante as conquistas em vigor, deve lutar por um plano de carreira unificado e pelo fim de todas as terceirizações, pela dedicação exclusiva e pela migração para regime de 40 horas ou sua redução para 20 para o aqueles que desejarem.

Enfrentar os problemas da Educação passa pelo aumento significativo dos investimentos públicos. Assim, devemos lutar pela elevação do valor dos investimentos em Educação para 10% do PIB. No Estado do Rio de Janeiro e na capital, o governo estadual, através de manobras contábeis, não aplica os recursos carimbados para a Educação e mantém o discurso da falta de verba. Adota políticas que promovem reengenharias na esfera da gestão, seguindo a cruel lógica do neoliberalismo. Segue a mesma linha de autoritarismo e arrogância, na implementação de suas políticas educacionais, no desmonte da estrutura da Educação Pública em favor dos interesses de grupos e fundações de empresas privadas. Promoveram a truculência, a judicialização e a criminalização dos movimentos grevistas e sociais. Cresceram, absurdamente, a terceirização e a precarização do trabalho. Os direitos trabalhistas têm sido desrespeitados, rotineiramente. Hoje, vivenciamos a expansão da rede FAETEC, através do CVT's, com mão de obra terceirizada e contratada, de forma precária, expansão esta que apenas corresponde a demandas políticas

locais e sazonais, em detrimento de planejamento que conheça a realidade e a vocação regional e um plano de desenvolvimento estruturado. As Escolas Técnicas vivem numa situação de abandono, com sua estrutura física precária, com falta de professores, técnicos, administrativos e pessoal de apoio, sem autonomia e com dotação financeira insuficiente para suprir suas necessidades básicas.

O movimento grevista de 2013 foi um marco histórico na luta contra as políticas neoliberais na Educação. A brutalidade usada pelos governos, expressa no estado de sítio criado no Rio de Janeiro, por ocasião da votação do plano de cargos e salários dos profissionais da educação do município, demonstrou o caráter antidemocrático e antipopular dos governos. Na FAETEC, seus profissionais fizeram uma greve vitoriosa, que conquistou um plano de carreira, em que pese as suas debilidades, correspondeu aos anseios da categoria, reajuste no vencimento básico, embora defasado por não termos tido reajuste nesse ano de 2014.

Não obstante esses avanços, o sindicato mergulhou numa crise, decorrente de posições extremadas que jogaram para dividir assembleia que suspendeu a greve e apostaram na divisão do nosso movimento, o abandono das nossas bandeiras de luta – Plano de Carreira e Reajuste – na continuidade de uma greve sem perspectivas de conquistas.

Plano Educacional de lutas

- Defender a Educação Pública, Gratuita, Laica e de qualidade social.
- Exigir medidas para a real valorização da carreira dos profissionais da educação e pelo plano de cargos e salários, realmente, unificado, com isonomia para todos os profissionais do magistério e verticalização da progressão por formação para todos os técnicos administrativos.
- Exigir as 30 horas para todo o quadro administrativo.
- Reforçar a luta pela destinação de 10% do PIB à Educação pública.
- Lutar pela elevação do piso nacional do magistério.
- Lutar contra o modelo mercadológico para educação.
- Lutar por creches públicas e escolas de tempo integral, com base na concepção da escola unitária.
- Lutar pelo fim das contratações, terceirizações e precarização do trabalho.
- Incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional.

- Pela eleição direta para diretores de escola, CVT's, CETEP's e da Presidência da FAETEC.
- Participação dos representantes dos trabalhadores da FAETEC no Conselho de acompanhamento do FUNDEB e no Conselho Estadual de Educação.
- Controle pela comunidade escolar e transparência das verbas FUNDEB aplicadas na FAETEC.

ESTATUTO DO SINDPEFAETEC

Propostas de mudança:

As greves das redes Estadual e Municipal, ocorridas 2013, demonstraram a necessidade de mudar, em vários aspectos, a forma de organização do SINDPEFAETEC. Para isso, propomos as seguintes mudanças estatutárias, de modo a que a entidade se adeque aos novos desafios, políticos e educacionais:

- Reuniões ordinárias da direção do SINDPEFAETEC devem ser mensais, com quórum de 1/3 dos diretores efetivos, sendo que os suplentes poderão, além do direito de voz, ter o direito de voto, no caso da ausência do seu titular.
- O conselho deliberativo deve se reunir, ordinariamente, a cada três meses.
- Publicação semestral dos balanços e balancetes do SINDPEFAETEC.
- Podem se filiar ao SINDPEFAETEC, os profissionais de educação efetivos (mesmo os em disponibilidade à FAETEC), os do quadro suplementar e contratados.
- Majoritariamente nas eleições para a diretoria do SINDPEFAETEC.
- Os filiados poderão votar e ser votados caso tenham se filiado até 6 meses antes do pleito.
- Plebiscito como forma de decisão sobre questões estatutárias relevantes e estratégicas para a atuação do SINDPEFAETEC.

ASSINA A TESE:

CTB EDUCAÇÃO-RJ - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Núcleo da Educação do Rio de Janeiro.

Luis Areas - Setor de transporte

Marcio Franco - ETER

Sheila Monayar Conde - ETEVM

Walter Cecchetto Filho - ISERJ